



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA (23ª) SESSÃO **ORDINÁRIA**

Presidida pelo Sr. Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Vigésima Terceira (23ª) Sessão Ordinária do Quarto (4º) Ano da Décima Sétima (17ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 10 de setembro de 2020, postergada que foi, através do Requerimento nº 09/2020. Às 22 horas, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Alexandre Cintra (01), André Albejante Mazon (02), Cinoê Duzo (03), Cristiano Gaioto (04), Fábio de Jesus Mota (05) Geraldo Vicente Bertanha (06), Gérson Luiz Rossi Júnior (07), Jorge Setoguchi (08), José Augusto Capistrano Santos (09), Luís Roberto Tavares (10), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (11), Marcos Antônio Franco (12), Maria Helena Scudeler de Barros (13), Moacir Genuário (14), Orivaldo Aparecido Magalhães (15), Sônia Regina Rodrigues (16) e Tiago César Costa (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou o Vereador Geraldo Vicente Bertanha, para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, o Presidente deu por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**". Todavia, não existiram proposituras, ou documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário e o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no "Expediente", anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Porém, todos os inscritos desistiram do uso da palavra e o Sr. Presidente suspendeu a Sessão, às 22h05, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM SEGUNDO TURNO: "ex-vi" do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:**

1. Projeto de Lei nº 26, de 2020, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares, "instituinte no calendário oficial do Município a Semana Municipal de Prevenção à Pedofilia Pela Internet, a ser comemorada, anualmente, na primeira semana de aulas na rede pública municipal e dá outras providências"; (posto a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Segundo (2º) Turno, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 26/2020, do vereador Luís Roberto Tavares); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). O primeiro inscrito foi o Vereador José Augusto Capistrano Santos, que registrou indicação para iluminação, tipo refletor, na Rua 5, do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Residencial Floresta, local que era “um beco escuro” e trazia medo aos moradores das adjacências. O próximo inscrito foi o Vereador Luís Roberto Tavares. Ele falou sobre o transporte público e relatou que tentara agendar reunião, na Câmara, com o responsável pelos horários e linhas da Viação Fênix, Sandro, e com o responsável pelo setor do transporte, na Prefeitura Municipal, Sr. Zibordi, porém, a empresa Fênix tinha efetuado a dispensa e troca do responsável, o que inviabilizara a reunião. Lembrou, igualmente, que a Casa tinha aprovados indicação e requerimento acerca dos problemas no transporte público, tais como, descumprimento e escassez de horários e o percurso de linhas, e, portanto, ele aguardava o novo responsável, para reunião com os vereadores, na Câmara, pois o problema se alastrava. Depois versou sobre as queimadas, no município, que eram muitas, sempre realizadas nas periferias, eram insuportáveis, infelizmente, não existiam equipes para combate ao fogo, na cidade, em dois lugares, simultaneamente, a situação era grave e a população contribuía para os focos de queimadas. Registrou que havia lei proibindo queimadas e multa, para os que produziam as queimadas, portanto, pediu que a população denunciasse os focos e os criminosos. Como os próximos inscritos, Vereadores Maria Helena Scudeler de Barros e Marcos Antônio Franco, desistissem da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Moacir Genuario. Ele se reportou ao Projeto de Lei nº 81, de 2020, de autoria dos Vereadores Tiago Cesar Costa, Maria Helena Scudeler de Barros e dele próprio, orador, o qual fora aprovado, em primeiro turno de votações, instituindo o Dia Municipal da Pessoa com Visão Monocular, no Município de Mogi Mirim. Lembrou que a filha da Vereadora Maria Helena, Amália Barros, era monocular, encabeçara um movimento nacional sobre o tema, em Brasília, envolvendo senadores e deputados, na tentativa de ajudar os monoculares do Brasil todo. Falou de seu júbilo pela aprovação da matéria, em nível municipal, desejou sucesso à Amália Barros e a parabenizou pela coragem, bem como, parabenizou a Vereadora Maria Helena. Depois, ele



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

tratou sobre o transporte público, afirmou que as reclamações dos moradores do trecho das Chácaras Sol Nascente e São Francisco eram muitas, principalmente, acerca de horários, que eram escassos; que ele, quando fora subprefeito do Distrito de Martim Francisco, tinha conseguido ampliar o número de horários de ônibus, de 4, para 5, instituindo o horário das 12h30, “o melhor horário para os moradores do distrito”; que, atualmente, existiam apenas 2 horários de ônibus, para servir a região de Martim Francisco e Chácaras São Francisco e Sol Nascente, um deles, às 6h30, outro, às 17h30, dificultando assim, a locomoção dos moradores à cidade, que ele esperava, que a empresa concessionária respeitasse a convocação e viesse à Câmara, para debates, porque existiam muitos problemas a serem solucionados, principalmente, relativos aos horários de transporte público, na zona rural. Por fim, disse que a Mesa Diretiva da Câmara deveria obrigar o ex-vereador Samuel Cavalcante, cassado, a ressarcir aos cofres públicos os gastos que tinha feito com viagens. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. Ele elencou os orçamentos impositivos que tinha indicado às várias entidades e instituições de Mogi Mirim, a saber, em 2019, encaminhamento de 112 mil reais, para construção da quadra da escola Bráulio José Valentim, em Martim Francisco; em 2020, encaminhamento de 145 mil reais, para a cobertura da mesma quadra, e encaminhamento de 145 mil reais, para reforma da UBS de Martim Francisco; em 2019, encaminhamento de 20 mil reais, à entidade Fonte Viva, e encaminhamento de 132 mil reais, para reforma da UBS do Jardim Maria Beatriz, além de indicação, para troca de iluminação, de lâmpadas comuns para lâmpadas de Led, em Martim Francisco, troca esta, que seria efetivada até o final do ano, em curso, e ainda, indicação para troca de iluminação, de lâmpadas comuns para lâmpadas de Led, no Jardim Planalto e Residencial Floresta. Depois, respondeu ao Vereador Cinoê Duzo, dizendo que o secretário municipal de serviços já tinha informado a todos, que a troca de toda a iluminação do distrito



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de Martim Francisco seria concluída até o final de 2020, e que, a Avenida Luiz Pilla tinha recebido iluminação emergencial, aguardando a definitiva. Parabenizou o Vereador Alexandre Cintra, pela menção que fizera ao Centro de Convivência Infantil – CCI e pediu que todos ajudassem a instituição, comprando pizzas, em prol da entidade. A próxima oradora foi a Vereadora Sonia Regina Rodrigues. Ela versou acerca da primeira reunião realizada pela Frente Parlamentar de Combate e Enfrentamento ao Álcool e Drogas, da Câmara Municipal, que tinha contado com a presença de vereadores, assessores e representantes de secretarias municipais, do Conselho Tutelar, da Pastoral da Sobriedade, dentre outros segmentos presentes; que a reunião tinha sido muito produtiva e interessante, pois a frente tinha gerado união; que mais de 80% das pessoas no sistema prisional tinham envolvimento com drogas e, atualmente, havia muita facilidade ao consumo de entorpecentes, e tal consumo estava migrando, da periferia ao centro das cidades; que a reunião tinha sido muito produtiva e pediu que os vereadores ausentes pudessem participar no próximo encontro, porque se objetivava montar, em Mogi Mirim, uma ação coletiva de combate ao uso de drogas, haja vista que os números eram crescentes e as ações de combate escassas; que a violência doméstica era um reflexo do consumo indevido de drogas e álcool, no seio familiar, que a discussão era ampla, necessitava do envolvimento do Poder Público, e pediu mais ações, por parte da Secretaria de Esportes, “para manter os jovens ocupados”, bem como, disse que desejava fortalecer o Conselho Tutelar, em Mogi Mirim, e que, um caso de consumo de drogas, numa família, não só prejudicava o usuário, mas toda a família, cujos membros também sofriam, e precisavam ser acompanhados, por psicólogos da rede de saúde pública. O próximo inscrito foi o Vereador Tiago César Costa. Falou sobre o retorno das aulas presenciais e se disse contrário. Sublinhou que, com a economia de valores feita pela Secretaria de Educação, durante o período pandêmico, teria sido possível reformar as escolas e creches municipais, as quais padeciam de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

manutenção e não possuíam o alvará do AVCB - do Corpo de Bombeiros. Lembrou que algumas inaugurações de obras e reformas tinham sido feitas, pela administração, mas eram apenas maquiagem e escondiam o verdadeiro problema dos próprios, em sua profundidade, as enormes deficiências na manutenção das salas, parquinhos, quadras das escolas e creches; que ele tinha encaminhado orçamento impositivo a várias escolas municipais, na tentativa de amenizar a problemática, e também, para a UBS e à quadra da escola de Martim Francisco e ainda, para o CCI, ao Projeto Maguila, ao Educandário Nossa Senhora do Carmo e à Fonte Viva, procurando contribuir para o conforto de tais instituições, bem como, tinha efetivado emendas parlamentares e conquistas para o Lar São Francisco, o Lar Emanuel, a Alma Mater, a APAE, dentre outras entidades. Declarou ainda, que seu partido tinha trazido verbas para o combate à COVID-19 e, através de emendas, o partido tinha abastecido e equipado as UBSs, durante o período pandêmico, e salientou que ele estava feliz, por ter contribuído com o município. Sobre outro assunto, disse que era “uma baita sacanagem” a qualquer vereador “pegar carona na conquista de outro vereador”, ele estava indignado, com tal atitude, e pediu respeito ao seu trabalho, à sua luta e às suas conquistas. Disse que recebia prints de munícipes, contendo falas de vereadores, que tomavam para si a autoria das conquistas do orador, algo muito feio, e pediu aos “caroneiros” mais respeito, para que não roubassem suas ideias, mas apenas tivessem outras ideias próprias. O próximo orador foi o Vereador Alexandre Cintra. Ele disse que, diante do discurso do Vereador Luís Roberto Tavares, ele se sentia na obrigação de ler, novamente, o Requerimento nº 274/2020, de sua autoria, porque acreditava que o Vereador Luís Roberto não tinha compreendido seu teor, a saber, requerendo a convocação do Diretor Executivo da empresa Expresso Fênix, o Sr. Victor Hugo Chedid, para comparecer na Sessão de Câmara, no dia 21 de setembro de 2020, às 18h30, a fim de prestar esclarecimentos sobre a prestação de serviços do transporte coletivo, na cidade, no



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

período da pandemia da COVID-19. Ao término da leitura, disse que o ato do Vereador Luís Roberto Tavares tinha sido inadmissível. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo. Ele verbalizou acerca do orçamento impositivo e sugeriu que o montante total do orçamento impositivo fosse dividido, pelo número de entidades registradas no município, a fim de que nenhuma ficasse sem receber um encaminhamento financeiro, porque todas faziam um trabalho fenomenal. Agradeceu aos vereadores que tinham encaminhado verbas do orçamento impositivo, para reforma, ampliação ou construção de quadras esportivas. Respondendo à Vereadora Sônia, no tocante ao combate às drogas, através da prática esportiva, sublinhou a necessidade de concurso público para contratação de novos educadores físicos, aos quadros municipais, pois eram escassos, e explicou sobre a valorização e importância do profissional educador físico. Sugeriu à vereadora, que se dirigisse às universidades e fizesse com elas parcerias, objetivando que os estudantes fizessem estágio, na administração pública, ampliando assim, a prestação das aulas de educação física e práticas esportivas. Finalizando, pediu que não houvessem ataques, ou críticas pessoais, ou fake news durante a campanha eleitoral que se iniciava. O próximo orador foi o Vereador Cristiano Gaioto. Ele falou sobre a educação municipal e o decreto do prefeito, que tinha suspenso as aulas presenciais, acolhendo o desejo dos pais e profissionais da educação. Aclarou que a decisão tinha sido tomada, com a concordância de vários setores, principalmente, com a concordância do Conselho Municipal de Educação; que municípios, os quais tinham se precipitado, teriam que refazer decretos, para obter aprovação de seus conselhos; que a decisão do Prefeito de Mogi Mirim tinha sido prudente e a vida das crianças importava e muito, ele não mandaria a própria filha à escola; que o trabalho, no ensino remoto, demandava grandeza e requeria muito esforço, por parte dos educadores, e destacou o trabalho que estava sendo feito, na escola Regina Tucci, para o ensino remoto das crianças menores, e, assim sendo, cumprimentou a diretora Rosa e os



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

demais profissionais da escola, bem como, cumprimentou também, a diretora Mara, da escola Geraldo Philomeno, pelo ensino remoto ministrado, que ele sabia havia perda no processo ensino-aprendizagem remoto, mas o trabalho que estava sendo feito era brilhante e muito bem coordenado pela Secretaria Municipal de Educação, e que, ele tinha certeza de que as escolas em Mogi Mirim estavam à frente das demais da região, pois ele acompanhava de perto o trabalho das escolas e a área da educação. Para finalizar, respondendo às indagações feitas pelos vereadores, o orador afirmou que ele não sabia onde os 25% do orçamento destinado à educação estavam sendo aplicados, mas, certamente, estavam sendo aplicados, pois, caso contrário, as contas de Carlos Nelson Bueno não seriam aprovadas, pelo Tribunal de Contas - TC, já que os 25% eram percentual obrigatório, segundo a Lei de responsabilidade Fiscal - LRF, e lembrou ainda, que a desaprovação de contas, por não se ter atingido o percentual da lei já acontecera, em Mogi Mirim, com um prefeito do passado, todavia, o vereador sabia que haveria alguma economia de valores, no transporte escolar e consumo d'água, por exemplo, haja vista que as aulas não estavam sendo presenciais, porém, todos sabiam que o maior gasto da educação era a sua folha de pagamento, que estava totalmente em dia. Como o próximo orador inscrito, Vereador Fábio de Jesus Mota, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna, o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Registrou que a Secretaria de Serviços Municipais estava propiciando a troca de luminárias, na cidade, iniciando o serviço pela Avenida Brasília, Ladeira São Benedito, Bairro Nova Mogi, Vilas Bordignon Nova e Velha, Santa Cruz, passando pela Saúde e Jardim Aero clube, e que, este trabalho se estenderia até o final do ano em curso. Frisou seu reconhecimento à Secretária de Educação, Flávia Rossi, membro do Conselho Municipal de Educação, pessoa que recebia muitas críticas, ele, inclusive, já a criticara, na Casa, mas estava fazendo uma menção a ela, porque a secretária empreendera excelente serviço, no tocante ao decreto municipal de suspensão de aulas presenciais, já que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

a peça não continha brechas, o decreto tinha sido “muito bem amarrado”, atingindo não só as escolas municipais, mas também as estaduais e particulares, portanto, nenhuma escola, em Mogi Mirim, teria o retorno das aulas presenciais. Ele estendeu seu reconhecimento aos demais membros do Conselho de Educação de Mogi Mirim, porque a decisão trazia segurança aos pais e crianças das redes de ensino de Mogi Mirim. Finalizando, ele se reportou ao Projeto de Lei nº 81 de 2020, de autoria da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros e outros, instituindo o Dia Municipal da Pessoa com Visão Monocular, no Município de Mogi Mirim, parabenizou a vereadora, pela iniciativa e aprovação da matéria, e citou a ex-vereadora Leila Iazzetta, pessoa com visão monocular. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal” e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h50, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM